

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Ana Luiza Freitas de Azevedo

O Sistema de Conforto como Pauta em Movimentos Feministas na Coreia do Sul e na China  
Através de Memórias Pós-Coloniais

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2024

Ana Luiza Freitas de Azevedo

O Sistema de Conforto como Pauta em Movimentos Feministas na Coreia do Sul e na China  
Através de Memórias Pós-Coloniais

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais em sob a orientação do Prof. Dr. Rodrigo Amaral.

São Paulo

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Pontifícia Universidade Católica por me prover o espaço e os ensinamentos necessários para que eu pudesse concluir a minha formação. Estendo minha gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Rodrigo Amaral, pelo apoio durante a graduação e na elaboração do trabalho aqui descrito. Aos meus familiares, amigos e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

O trabalho aqui descrito pretende analisar a estruturação do sistema de conforto pelo Japão Imperial no início do século XX na Coreia do Sul e na China para então estabelecer uma relação desse processo ao desenvolvimento de movimentos feministas dentro desses países. Para tal, objetiva-se pontuar de que maneira o abuso sexual sistemático instituído pelo governo imperial japonês constrói uma série de memórias traumáticas dentro dos países afetados — utilizando discursos de mulheres que foram vítimas do sistema de conforto do conflito ainda no início do século XX. Assim, será possível entender como essas memórias, por sua vez, contribuem para o fortalecimento de concepções de emancipação de gênero dentro do ideário das mulheres asiáticas — principalmente coreanas e chinesas. Além disso, propõe-se tecer análises introdutórias a respeito do movimento feminista na Ásia, a fim de diferenciá-lo do feminismo ocidental. Dessa forma, é possível analisar empiricamente os movimentos feministas em ambos os países, para então pontuar como eles surgem, suas principais características e de que forma o sistema de conforto influenciou em seu desenvolvimento. Em suma, pretende-se avaliar se o sistema de conforto impactou — em que níveis e se houve algum impacto de fato — sobre o desenvolvimento do movimento feminista e do ativismo de gênero dentro da Coreia do Sul e da China.

**Palavras-chave:** Mulheres conforto; Sistema de Conforto; Memória Pós-Colonial; Feminismo Asiático; Coreia do Sul; China

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the structuring of the comfort system by Imperial Japan at the beginning of the 20th century in South Korea and China to establish a connection between this process and the development of feminist movements within these countries. To this end, the purpose of this paper is to identify how the systematic sexual abuse instituted by the Japanese imperial government constructs a series of traumatic memories within the affected countries using the speeches of Korean women who were victims of the conflict's comfort system. This way, it will be possible to assess whether these memories, in turn, contribute to strengthening conceptions of gender emancipation within the ideology of Asian women — especially Koreans and Chinese. In addition, introductory analyses of the feminist movement in Asia will be made to differentiate it from Western feminism. Therefore, it will be possible to empirically analyze the feminist movements in both countries and then pinpoint how they emerged, their main characteristics and how the Comfort System influenced their development. In short, the main objective is to conclude whether the Comfort System has had an impact — at what level and if there has been any impact at all — on the development of the feminist movement and gender activism in South Korea and China.

**Keywords:** Comfort Women; Comfort System; Post-Colonial Memory; Asian Feminism; South Korea; China

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
I. O SISTEMA DE CONFORTO: SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO ....	10
II. “WOUNDS THAT DO NOT HEAL”: MEMÓRIA PÓS-COLONIAL .....	15
III. O FEMINISMO ASIÁTICO: CARACTERÍSTICAS DO FEMINISMO CHINÊS E SUL-COREANO .....	19
IV. O SISTEMA DE CONFORTO COMO PAUTA: MOVIMENTOS FEMINISTAS DOS ANOS 90 .....	25
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	31

## INTRODUÇÃO

"Give me back my youth" é uma parte fundamental do discurso dado por Kim Hak-Soon em 14 de agosto de 1991. Esse discurso surpreende o continente asiático e o cenário internacional como um todo por se tratar das palavras de uma mulher sul-coreana que havia sido vítima do sistema de conforto durante o período de colonização pelo Japão Imperial ainda no início do século XX. Já em sua senioridade e quase 50 anos após o fim do Japão como império, Hak-soon se torna a primeira mulher a abordar publicamente o caso das mulheres conforto na mídia sul-coreana e expõe, em detalhes, suas experiências traumáticas durante o período de abuso sexual sistemático que sofreu dentro das chamadas estações de conforto.

A partir da publicação de Hak-soon, outras mulheres de diferentes partes da Ásia — que também foram exploradas através do sistema de conforto — começam a publicar seus próprios discursos. Com esse movimento cria-se margem para que a questão do sistema de conforto entre em pauta tanto localmente quanto dentro do sistema internacional. Assim, há também uma limitação partida de um movimento revisionista que é tão presente nesses países e, ao mesmo tempo, fortalecido pelo Japão — este que nega historicamente o fato da escravidão sexual militar japonesa.

Sarah Soh (2008) traz que o início de discussões a respeito desse processo é impulsionado principalmente pelos discursos tratados anteriormente — que começam a dar importância ao abuso sexual das mulheres conforto tanto quanto aos outros crimes de guerra realizados pelo governo japonês como parte da estratégia militar. É nesse contexto, por sua vez, que os abusos sexuais durante os períodos de guerra começam a ser problematizados sistematicamente (SOH, 2020, p. 2) dando origem a novos movimentos de ativismo de gênero dentro dos países afetados. Esse movimento do início da década de 90 tem influência no surgimento e fortalecimento de movimentos feministas em países asiáticos que contam com uma histórica influência cultural de uma sociedade patriarcal e tradicional, principalmente na Coreia do Sul e China (DAVIN, 2011).

Através da divulgação das experiências pessoais dessas mulheres, é possível entender que as consequências sociais geradas pela violência sexual e sistemática do sistema de conforto se consolidam como parte de uma memória traumática e pós-colonial dentro da Coreia do Sul, da China e de outros países afetados. As autoras chinesas Qiu, Xu e Chen classificam essas memórias como "Wounds that do not heal" e argumentam que os anos de abuso sexual sistemático advindos de um processo colonialista geram memórias que atingem a sociedade como um todo, além das mulheres (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 152).

Assim sendo, faz-se necessário analisar qual o impacto do sistema de conforto e, conseqüentemente, das memórias traumáticas deixadas por ele dentro das sociedades afetadas — principalmente sul-coreanas e chinesas. Dessa maneira, pode-se perceber como esse processo, somado a negligência da sociedade internacional frente a falta de justiça para as mulheres conforto, gera uma necessidade de luta contra o abuso sexual e a opressão sistemática das mulheres dentro que serve de pauta para o desenvolvimento de movimentos feministas.

Com suas respectivas especificidades temporais, sociais, históricas e políticas — a Coreia do Sul e a China possuem sistemas de ativismo de gênero diferentes que se desenvolvem de maneiras diferentes, assim como outros movimentos feministas na Ásia. Porém, o ponto central da pesquisa aqui descrita é justamente apontar como ambos os movimentos feministas — sul-coreano e chinês — foram diretamente afetados pelo sistema de conforto, mesmo que de maneiras ligeiramente diferentes. Isso acontece, pois em ambos os países afetados, o sistema de conforto e — principalmente — a negligência da sociedade internacional frente a falta de justiça para as mulheres conforto, gera uma necessidade de luta contra o abuso sexual e a opressão sistemática das mulheres nesses países.

Através da análise de textos de especialistas em feminismo asiático como Rocés, Edwards e Kim (2010) que escrevem juntas a obra "Women's movements in Asia: Feminisms and transnational activism", propõe-se também tecer análises introdutórias sobre o movimento feminista na Ásia — e mais especificamente, na Coreia do Sul e na China — e como ele se diferencia dos movimentos ocidentais. Isto posto, será possível utilizar ilustrar informações a respeito dos movimentos feministas nos quais o sistema de conforto se faz presente como pauta dentro do ativismo de gênero da Coreia do Sul.

Dessa forma, para então analisar o desenvolvimento do movimento feminista na Coreia do Sul e na China influenciado pela insatisfação e injustiça com o sistema de conforto, pretende-se realizar uma análise bibliográfica a partir de diferentes bibliografias, como as citadas acima, a respeito da estruturação do sistema e suas conseqüências juntamente a bibliografias que expõem e explicam o desenvolvimento dos movimentos feministas na Coreia do Sul e na China. Assim será possível analisar também de forma empírica os movimentos feministas em ambos os países e então pontuar como eles surgem, suas principais características e de que forma o sistema de conforto se torna pauta em seu desenvolvimento.

Planeja-se, portanto, apresentar evidências empíricas mediante fontes primárias — como os discursos de Mulheres Conforto tratados anteriormente e compilados pela ONG Women and War, também chamada de Conselho Coreano De Justiça Para Memória Para A Questão Da Escravidão Sexual Pelo Exército Militar japonês. Assim, apresentam-se como

fontes primárias o discurso de Kim Hak-Soon e Hou Dong'e — que retratam duas das principais mulheres conforto a exporem as suas experiências com o abuso sexual durante o período colonial.

Em suma, pode-se colocar que o ponto central da pesquisa aqui descrita é analisar os casos do desenvolvimento do ativismo de gênero dentro da Coreia do Sul e da China desencadeados pela memória traumática e pós-colonial do sistema de conforto compartilhada por ambos os países afetados. Dessa forma, será possível apontar como se dá a influência do sistema de conforto sobre o surgimento, desenvolvimento e estruturação de movimentos feministas e então analisar o impacto sobre o desenvolvimento do movimento feminista e do ativismo de gênero dentro da Coreia do Sul e da China.

Assim, o capítulo I do trabalho aqui descrito pretende introduzir historicamente o que foi o sistema de conforto e como aconteceu a sua estruturação durante o período de Japão Imperial. Dessa forma, será possível apresentar o contexto histórico que dá origem ao conceito de mulheres conforto e, ao mesmo tempo, expor a crueldade da violência sexual sistemática realizada contra elas, que se consolida como memória colonial e pós-traumática. Posteriormente, o capítulo II tratará a respeito do conceito de memória pós-colonial compartilhado pela sociedade coreana e chinesa para então pontuar que o sistema de conforto possui consequências que vão além do seu período de existência — afetando os países em diferentes níveis e deixando um sentimento de injustiça que corrobora para o fortalecimento do ânimo do ativismo de gênero nesses países afetados.

O capítulo III visa diferenciar inicialmente o feminismo asiático do feminismo ocidental. Só assim será possível tecer uma análise sobre as principais características do feminismo chinês e coreano, pontuando suas diferenças para então analisar sua similaridade: a importância das memórias pós-coloniais compartilhadas e a influência do Japão na história do feminismo sul-coreano e chinês. Finalmente, o capítulo IV assimila os últimos dois capítulos à medida que demonstra o impacto do sistema de conforto nos movimentos feministas asiáticos dos anos 90. O texto de Alice Yun-Chai que traz o conceito de "The Chōngshindae/Jūgunianfu ("Comfort Women") Movement" na Coreia do Sul somado ao capítulo de Chen, Qiu e Xu a respeito do "Redress Movement" na China mostram de que maneira o ativismo de gênero na Ásia se desenvolveu a partir da luta contra o abuso sexual e a falta de justiça para as mulheres conforto. Para tal, pretende-se explicar o surgimento dessa onda de movimentos nos anos 90 e então ilustrar dados e informações a respeito dos movimentos nos quais o sistema de conforto é pauta dentro do ativismo de gênero da China e da Coreia do Sul.

## I. O SISTEMA DE CONFORTO: SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O sistema de conforto começa a ser estruturado no início do século XX dentro do contexto de expansão e colonização do Japão Imperial sobre o território de diversos países asiáticos como Coreia, China, Filipinas, Taiwan e Indonésia e se alastra até a Segunda Guerra Mundial, quando o Japão passa a integrar o Eixo junto a Alemanha e Itália. Em 1896, depois de mais de 700 anos em um regime feudal com o poder concentrado na mão de oficiais militares, o Japão adentra a "Era Meiji" com o estabelecimento do poder nas mãos de um imperador — o que dá início ao seu período imperial.

Inserido em um cenário internacional protagonizado por outras potências colonialistas como Inglaterra e França, o império japonês passou a utilizar a guerra como ferramenta de expansão e colonização econômica, política e social sobre outros países da região asiática em busca de novos mercados e matérias-primas. É por meio desse processo de colonização, por sua vez, que o Japão Imperial ultrapassa as suas fronteiras dentro do Oriente. Na China, o império toma posse da Ilha de Formosa — atual Taiwan — e realiza um dos ataques mais violentos do período: o Massacre de Nanquim. O império também invade e ocupa o território Coreano e chega até a dominar territórios como a Manchúria em um conflito com a Rússia.

O abuso sexual, por sua vez, já era um processo engendrado ao movimento de expansão dos países vizinhos pelo Japão. É nesse contexto que surgem as estações de conforto — instituídas em pontos estratégicos dos territórios anexados, perto das linhas de frente e entre fronteiras — pelo próprio governo imperial japonês. Isso acontece, pois a violência sexual é uma prática utilizada como forma de exploração e de exercer controle sobre os corpos colonizados — especificamente corpos de mulheres — de maneira sistemática.

Esse aspecto é trazido pela autora Maria Ariño (2010), em seu texto "La violencia sexual como arma de guerra". Nesse livro, Ariño aponta que mesmo só sendo abordado como pauta de discussão internacional no final do século XX, esse processo acontece de forma histórica e sistematizada à medida que a violência sexual é uma das armas de guerra mais utilizadas em conflitos armados: "Su eficacia (de la violencia sexual) como instrumento de terror colectivo e individual de manera simultánea explica en parte su presencia en un elevado número de contextos afectados por la violencia armada y política." (ARIÑO, 2010, p. 5).

Assim sendo, o governo imperial japonês começa a estruturar as chamadas estações de conforto que, segundo pesquisas feitas em documentos oficiais do exército japonês pelo departamento de História Japonesa e Humanidades Digitais da Sophia University (SU) em Tóquio, possuíam algumas razões principais para serem desenvolvidas. Entre essas motivações,

estavam: a prevenção do estupro de mulheres japonesas pelo exército japonês e a redução da disseminação de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre os soldados, que faziam uso da prostituição local nos territórios anexados (KAJIYA, 2022). Kajiya coloca em seu artigo para o departamento da SU que, dessa forma, as estações conforto se tornaram uma forma do governo japonês sistematizar e, ao mesmo tempo, supervisionar o abuso sexual:

"If the soldiers had gone to brothels other than the military controlled comfort stations, there would be a risk of information being shared with the women, with whom they may had formed a close relationship with. Yet, at the comfort stations which were controlled and supervised by the military, soldiers were not able to do so. So, the implementation of the comfort women system avoided such risks and did not have to worry about private information to be spread by civilians." (KAJIYA, 2022).

O documento "AtoZ guide for just resolution of the japanese and military sexual slavery issue" (2020) criado pelo Conselho Coreano De Justiça Para Memória Para A Questão Da Escravidão Sexual Pelo Exército Militar japonês, reúne diversas informações coletadas historicamente a respeito da estrutura do sistema de conforto. Os primeiros registros de estabelecimento de uma estação de conforto no documento são do ano de 1932, que surgiram após o Shanghai Incident — também chamado de Batalha de Shanghai, se trata de um conflito entre o exército imperial japonês e o exército chinês na parte urbana de Shanghai, na China.

O Conselho também coloca que o número exato de mulheres conforto que existiam é desconhecido — devido às diversas tentativas de apagamento de provas, documentos e registros pelo governo japonês. Porém, os pesquisadores que compuseram o dossiê estimam que existiram aproximadamente 16.000 a 410.000 mulheres abusadas sistematicamente através das estações de conforto (AtoZ guide for just resolution of the japanese and military sexual slavery issue, p. 12, 2020).

Sarah Soh — uma das mais importantes autoras sobre o sistema de conforto — coloca que esses bordéis militares se consolidam como pontos de abuso sexual de mulheres colonizadas pelo exército japonês — representando, dessa forma, os crimes de guerra do Japão imperial para o resto da Ásia (SOH, 2018). O texto de Soh — *The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan* — também aborda o fato de que o sistema era extremamente bem estruturado à medida que a maioria das mulheres era raptada ou sequestrada, enquanto outras eram compradas e vendidas por meio de tráfico humano, colocadas em diferentes estações de conforto que contavam com a visita de 30 a 40 soldados por dia (SOH, 2018).

O recrutamento dessas mulheres para as estações de conforto acontecia de forma sistematizada dentro do processo de colonização, através de sequestros, raptos e tráfico sexual

de mulheres não-japonesas de todas as idades, inclusive crianças — "As the stations were running short of women, the recruiters began to kidnap and rely on girls (women under twenty-one) in the local area." (KAJIYA, 2022).

Esse sistema, por sua vez, tinha seu funcionamento baseado no envolvimento e encobrimento por parte do governo japonês e seus oficiais — "Women, including underage girls, were abducted, coerced, or otherwise recruited under fraudulent promises of factory jobs or nursing work. (...) In addition, the Japanese Government was directly involved in mobilizing and transporting women." (AtoZ guide for just resolution of the Japanese and military sexual slavery issue, p. 14, 2020). Enquanto oficiais do governo japonês tinham um papel importante dentro do sequestro dessas mulheres, havia também o apoio da polícia e prefeitos locais coreanos — estes que invadiam vilas para recrutar mulheres e prometer-las novas oportunidades de vida e de trabalho, para então sequestrá-las e alocá-las nas estações de conforto (KAJIYA, 2022).

Na 14ª Conferência de Solidariedade Asiática para a Resolução do Problema da Escravidão Militar Sexual Japonesa realizada em 2016 em Seul, capital da Coreia do Sul, uma sobrevivente do sistema de conforto e que atuou como mulher conforto durante o período, Lola Estelita Dy das Filipinas, discursou sobre sua experiência durante o processo de sequestro que sofreu pelas mãos do governo japonês:

"On one day from October to November in 1944, when I was selling chickens and eggs with my mother in a market, a lot of Japanese soldiers who got on a truck came over. The Filipinos, who were in the market, ran away all at once, but unfortunately, I fell down on the way and was caught by Japanese soldiers. My hair was grabbed to lift up, and my hand was pulled, and forced to put on the truck. (...) When I arrived at the military post where entangled barbed wire was highly set up, I was pushed into a room of the house in that compound. There were only a desk and a chair in that room. Later in one hour or so, I was pushed down on the wooden floor by Japanese soldiers, and my mouth was shut when I tried to scream, then I was pressed down, and raped." (AtoZ guide for just resolution of the Japanese and military sexual slavery issue, p. 23, 2020).

As estações de conforto, por sua vez, contavam com uma estrutura estabelecida para garantir o funcionamento do processo de escravidão sexual. As casas ou vilas onde se localizavam eram construídas, ou concedidas pelo exército japonês, que também mantinham a segurança do local, definiam o tempo, o preço e todas as condições em que aconteciam os estupros sistemáticos:

"Depending on the location of the comfort stations, they either consisted of buildings, tents, or wooden huts. While some women were not able to go outside at all, some were allowed to go on walks or watch a film offsite. Nonetheless, they were still supervised, their freedom restricted, and barbed wire fences surrounding the comfort stations prevented escape." (KAJIYA, 2022).



Soh também trata sobre o nome dado a esse processo ao colocar que as mulheres conforto do período de colonização japonesa começam a ser representadas como escravas sexuais, à medida que nesse marco temporal é cunhado o conceito de "Military Sexual Slavery" (SOH, 2008, p. 1) — termo amplamente utilizado pelo ativismo de gênero asiático que surge nos anos 90 para se referir às mulheres conforto.

Assim sendo, percebe-se através do exposto nos parágrafos anteriores que o sistema de conforto foi um processo violento de abuso sexual sistemático que obteve sua estruturação a partir do exército e governo japoneses durante o período de expansão imperial do Japão. Dessa maneira, se formam consequências sociais geradas pela violência sexual sistemática dos sistemas de conforto se consolidam como parte da memória pós-colonial dos países afetados: "Those who returned home after the war also suffered under social stigma in patriarchal societies. Victims thus suffered under intersecting systems of oppression of colonialism, patriarchy, nationalism, and classism." (AtoZ guide for just resolution of the Japanese and military sexual slavery issue, p. 19, 2020).

Essas memórias são caracterizadas na literatura como feridas que nunca se curam: "Wounds that do not heal" (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 152) — que atingem a conjuntura de um país completamente, para além de apenas das mulheres como vítimas diretas. À medida que os anos de abuso sexual sistemático geram traumas pós-coloniais deixadas pelo sistema de conforto, o capítulo a seguir pretende analisar como acontece a estruturação dessas memórias e quais seus impactos diretos e indiretos sobre a sociedade.

## II. “WOUNDS THAT DO NOT HEAL”: MEMÓRIA PÓS-COLONIAL

Em 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança uma ação Contra Violência Sexual em Conflitos, de 2007 (UN Action Against Sexual Violence in Conflict) com o intuito de prevenir todas as formas de violência de gênero — incluindo a violência sexual — em conflitos e também prestar apoio em aos sobreviventes. No dossiê da iniciativa entende-se que o âmbito de um conflito é propício para o surgimento da violência sexual também como estratégia militar:

“Conflict creates the climate for rampant sexual violence. Sexual violence has been dismissed as random acts of individual soldiers. But in armed conflict, rape is also often a military tactic, serving as a combat tool to humiliate and demoralize individuals, to tear apart families, and to devastate communities.” (UN ACTION, 2007).

Assim, percebe-se que, no caso das mulheres de conforto, a violência sexual realizada pelos soldados japoneses sobre as mulheres coreanas e chinesas opera como mais um mecanismo de exploração do Japão Imperial. Isso acontece porque através do abuso e do estupro dessas mulheres é possível violar a sociedade colonizada em um nível social diferente do territorial, econômico e até político. A respeito disso — no livro "La violencia sexual como arma de guerra" — Maria Ariño postula que: "O sofrimento das mulheres ocorre num corpo, este que é violável e que se apresenta como um instrumento da guerra" — isto é, em conflitos armados pode se desenvolver um processo de deslocamento do campo de batalha para o corpo feminino nos quais as mulheres passam a substituir as trincheiras e compõem o território de guerra (ARIÑO, 2010, p. 5).

As autoras Maria Baaz e Maria Stern também tratam sobre essa questão em sua obra "Sexual Violence as a Weapon of War" de 2013: "A violência sexual é uma forma de controle, não apenas individual, mas também coletivo, que tem o potencial de negar a vida e a dignidade das vítimas" (BAAZ; STERN, 2013, p. 4). Dessa forma, pode-se afirmar que o abuso sexual em conflitos armados pode ser utilizado de forma violenta para negar a vida e também a dignidade das vítimas, isto é, das mulheres colonizadas e, conseqüentemente, da sociedade colonizada.

Na obra de Peipei Qiu, Zhi Liang Xu e Li Fei Chen, "Chinese Comfort Women: Testimonies from Imperial Japan's Sex Slaves", as autoras dedicam um capítulo — intitulado "Postwar Struggles" para abordar as memórias traumáticas advindas do período de colonização japonesa ainda instaladas na cultura chinesa. A respeito disso, as autoras por sua vez, classificam as memórias coloniais como "feridas que não se curam" — "wounds that do not heal" — pois os anos de abuso sexual sistemático advindos do processo colonialista japonês

construíram memórias traumáticas que se enraízam no imaginário das sociedades colonizadas (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 152).

Isto posto, é evidente que o processo violento de abuso sexual que se encontra atrelado a estrutura colonial japonesa e a somatória das suas consequências — sejam elas sociais, econômicas, políticas ou estruturais — resultam no estabelecimento de marcas e memórias na sociedade afetada que permeiam a sua história, também chamadas de trauma pós-colonial. O conceito de trauma é explicado por Cathy Caruth em sua obra “Unclaimed Experience: Trauma, Narrative, and History” (1996) — nela a autora define o trauma como uma experiência avassaladora e repentina que se configura como uma resposta repetitiva, tardia e descontrolada a determinados eventos.

O trauma em contexto pós-colonial é vivido de forma coletiva e ecoa por toda a sociedade colonizada — essa que teve a sua estrutura territorial, social, política e econômica violada. A obra editada por Abigail Ward — “Postcolonial Traumas: Memory, Narrative, Resistance” (2015) — compõe os estudos nas Relações Internacionais que abordam o conceito de trauma pós-colonial e suas consequências. Em seu texto, a autora coloca que as abordagens psicológicas feitas sobre as memórias pós-coloniais examinam os efeitos da colonização e da descolonização nos colonizados — pontuando os efeitos desse processo em sociedades cujo período de colonização teve o seu fim décadas antes dos estudos. Os efeitos trazidos pela autora incluem exemplos como a internalização do racismo, misoginia, xenofobia e outros preconceitos, desenvolvimento de complexos de inferioridade e também a criação de legados traumáticos advindos da escravatura, dos abusos, do apartheid, das guerras e dos genocídios do século XX (WARD, p. 3, 2015). A autora sugere, por sua vez, que a experiência traumática é de uma magnitude cujos efeitos também são sentidos e vividos continuamente após o acontecimento em si (WARD, p. 4, 2015).

Outro âmbito da construção dessa memória colonial é a maneira pela qual o sistema de abuso sexual dentro do contexto de colonização afeta indiretamente os homens colonizados dentro de sociedades patriarcais e tradicionais. Isso acontece pois a medida que o sistema de conforto e as estações de conforto são idealizados e concebidos pelo exército e pelo governo imperial japoneses — isto é, por homens japoneses — se tornam mais um símbolo de subordinação dos homens colonizados dentro do contexto de colonização e expansão japonesas: "Given that the comfort women system was masterminded by the Japanese imperial government (...) in many ways the system symbolized the subservience and disempowerment of Korean men to their colonial overlord." (RICHARDSON, p. 28, 2021).

Qiu, Xu e Chen denotam também como essas memórias coloniais atreladas ao abuso sexual carregam um peso ainda maior em sociedades permeadas por ideologias patriarcais e tradicionais nas quais muitas vezes a castidade da mulher se torna mais importante do que sua própria vida. Assim, pode-se inferir que as estações de conforto violentavam as mulheres conforto ao mesmo tempo que as tornava traidoras e imorais dentro da sociedade na qual estavam inseridas. Além disso, os familiares que possuíam qualquer tipo de vínculo ou conexão com essas mulheres também eram afetados — sendo perseguidos como traidores da nação:

“The patriarchal ideology that permeated Chinese society rated a woman’s chastity higher than her life. Thus, a woman whose virginity was spoiled or whose chastity was violated became socially unacceptable. During the war, this patriarchal ideology was combined with political prejudice, with the result that many comfort station survivors were regarded not only as immoral but also as betrayers of the nation. The survivor’s family was also affected; reportedly, three of Nan Erpu’s family members in Yu County were killed by unknown assailants because she was a military comfort woman” (CHEN, QIU, XU, p. 157, 2014)

Isto posto, entende-se que a própria estrutura do sistema de conforto — isto é, o processo sistematizado pelo governo e exército japoneses de violentar jovens mulheres asiáticas — dá origem a um estigma a medida que desafia e contraria uma série de códigos patriarcais dessas sociedades.

Lauren Richardson analisa justamente a criação e disseminação desse problema e pontua também como ele afeta a busca por justiça dessas mulheres em seu capítulo "The ascension of 'comfort women' in South Korean colonial memory" (2021). A autora coloca que: "The resultant stigma that marked the women, coupled with the dictates of authoritarian rule, functioned to suppress this historical episode in national memory for a number of decades." (RICHARDSON, p. 27, 2021) — o que demonstra que esse estigma criado ao redor das mulheres conforto e advindo das memórias coloniais deixadas pelo sistema de conforto é refletido também na posterior busca por justiça dessas mulheres.

O sistema de conforto teve o seu fim juntamente com a queda do Japão Imperial no fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, no entanto, a queda do sistema não trouxe justiça para as mulheres violentadas nas estações de conforto, mesmo com bastante informação disponível a respeito da estruturação e funcionamento do sistema de conforto pelo Japão. As autoras Qiu, Xu e Chen retratam essa falta de um senso de busca por justiça depois do período colonial devido, principalmente, ao sexismo patriarcal chinês. Foi esse o motivo pelo qual a China — uma das nações mais vitimizadas pelo sistema de conforto — falhou em buscar justiça pelo sofrimento das milhares de mulheres conforto chinesas.

Porém, as autoras colocam também que os discursos de mulheres que viveram o sistema de conforto das décadas de 80 e 90 alavancam a busca por justiça: “The issue failed to attract

wide public attention until, in the 1980s, a coalition of Korean and Japanese women's groups elevated it to the status of a political movement within the global context of feminist and grassroots politics.” (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 213).

Essa estagnação no processo de busca por justiça somado a essa visão negativa atribuída às mulheres conforto sobreviventes — dentro de seus próprios países, como Coreia do Sul e China — dificulta a credibilidade das vítimas em nível nacional e, conseqüentemente, internacional. O texto de Qiu, Xu e Chen também aborda esse processo quando denota um exemplo importante protagonizado por Li Lianchun, vítima chinesa do sistema de conforto, nos anos 2000. Li é impossibilitada de participar de um tribunal internacional a respeito da escravidão sexual no Japão por conta do seu passado:

"Patriarchal ideology and the sexism that is inseparable from it, is still só widely influential in Chinese society that, when victim Li Lianchun was invited to attend the women's international war crimes tribunal on Japan's Military Sexual Slavery in Tokyo in 2000, the local official refused to issue her the necessary travel documents because he believed it was inappropriate for her to speak of her shameful past abroad." (CHEN, QIU, XU, 2014, p.158)

Em suma, percebe-se que as memórias e traumas coloniais geradas pelo sistema de conforto demonstram que a colonização perdura mediante conseqüências além do período de dominação colonial propriamente dito. As conseqüências sociais geradas pela violência sexual sistemática das estações de conforto, como a falta de busca por justiça e o estigma que é construído, se consolidam como parte da história pós-colonial dos países afetados.

Dessa forma, o capítulo III pretende, por sua vez, estabelecer as bases históricas para o entendimento das características do movimento feminista chinês e sul-coreano como um todo — apontando suas diferenças e similaridades ao feminismo ocidental. Assim será possível entender posteriormente quais são os pontos de congruência no desenvolvimento dos dois movimentos no que tange a presença do sistema conforto como pauta e a importância das memórias pós-coloniais, além da relação colonialista com o Japão.

### III. O FEMINISMO ASIÁTICO: CARACTERÍSTICAS DO FEMINISMO CHINÊS E SUL-COREANO

#### III. I. O FEMINISMO NO CONTINENTE

O feminismo asiático possui características e uma linha do tempo estruturalmente diferente daquela que compõe o feminismo ocidental — este último atrelado, majoritariamente, ao feminismo construído nos países do norte global, principalmente na América do Norte e na Europa. A título de contextualização, o capítulo aqui presente pretende revisar a autora filipina Mina Roces para diferenciar o feminismo que existe no continente asiático daquele que se desenvolve no ocidente. Dessa forma, será possível também fazer uso de outras obras para adentrar em uma análise mais intrínseca a respeito do ativismo de gênero que se desenvolve dentro das sociedades chinesa e coreana. Ao pontuar e entender as principais características dos movimentos desses dois países, pode-se então analisar sua similaridade: a importância e influência das memórias pós-coloniais compartilhadas dentro do feminismo asiático, principalmente no coreano e chinês.

Mina Roces, em sua obra de título "Asian Feminisms: Women's movements from the Asian Perspective" contida no livro "Women's movements in Asia", estabelece algumas características importantes do feminismo no continente asiático — estas que servem para diferenciá-lo do ocidental. A autora inicia o capítulo com a pergunta: "Há, de fato, um feminismo asiático?" pois na região o termo feminismo é — muitas vezes — associado ao ocidente e categorizado como um termo radical, extremo e inaplicável ao contexto asiático:

"But is there such a thing as Asian feminisms? For large parts of the twentieth century, Asian women activists disliked the word 'feminism' because it was associated with 'Western feminism' that was caricatured as aggressively individualistic, anti-male, anti-children, and therefore anti-family. 'Western feminism' was immediately branded as alien and thus inapplicable to the 'Asian' context." (ROCES, 2010, p.1).

A autora filipina pontua que a necessidade do movimento feminista asiático de se diferenciar do ocidental é refletida até na semântica utilizada nos estudos asiáticos a medida que a palavra feminista — para se referir aos participantes do movimento — é substituída por algumas autoras e autores. Roces coloca que nos estudos de gênero chineses se utilizava a palavra "feminology" para se diferenciar da teoria feminista ocidental (ROCES, 2010, p. 4).

Mesmo com a tentativa consciente de não atrelar o feminismo asiático às características do ocidental, os movimentos de gênero nacionais do continente asiático acabam fazendo uso de ferramentas internacionais para suas reivindicações. Fóruns e protocolos internacionais são utilizados em prol de legitimar e defender as campanhas nacionais. Roces (2010, p. 2) argumenta que é possível estabelecer essa conexão através da participação de atores asiáticos

dentro de convenções da ONU como a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres) e a DEVAW (Declaração para Eliminar a Violência contra as Mulheres).

A partir do questionamento inicial colocado pela autora — se existe, de fato, um feminismo asiático — a obra constrói uma análise a respeito do surgimento e desenvolvimento de um ativismo de gênero na Ásia. Enquanto o movimento feminista na América é influenciado pelas origens modernas e francesas do sufragismo e da luta pelos direitos das mulheres, o feminismo asiático não possui uma linha de influência e de tempo muito bem especificada. Dessa forma, a autora caracteriza o sufrágio universal no continente asiático como prejudicado, pois grande parte dos países da região passaram por períodos antidemocráticos nos quais as violações dos direitos humanos e a retirada dos processos democráticos desapoderavam social e politicamente tanto os homens como as mulheres (ROCES, 2010, p. 3).

Assim sendo, percebe-se que o movimento asiático surge e se mantém de diferentes maneiras em cada país, não sendo possível estabelecer um progresso linear único e homogêneo do feminismo como um movimento regional, pois cada país conta com suas especificidades temporais. A respeito disso, a autora coloca que as mulheres asiáticas que compõem o ativismo de gênero passam a produzir a sua própria maneira de compor um feminismo próprio: "producing their own brand of 'home-grown' feminism" (ROCES, 2010, p. 2). O desenvolvimento da teoria feminista única de cada país asiático, por sua vez, se transforma em uma afirmação autoconsciente da sua diferença em relação ao ocidente: "Because each country had a unique grand narrative of the feminine—shaped by religion, culture, history—activists had to interrogate womanhood in each context to come up with (...) feminist positions" (ROCES, 2010, p. 3).

Finalmente, compreende-se que o capítulo entende que o feminismo no Oriente se origina a partir de um pressuposto compartilhado pela maioria dos países asiáticos: o de se desenvolver um movimento com foco nos direitos das mulheres e, ao mesmo tempo, se diferenciar do feminismo ocidental e do que ele representa:

"Western feminisms were immediately identified as Other — compelling each Asian country to search for its own unique answers to the 'woman question' by deconstructing how the feminine was constructed not just by culture and religions but also by history and the experiences of colonialism and imperialism" (ROCES, 2010, p. 2).

### **III. II. O MOVIMENTO FEMINISTA CHINÊS**

O movimento feminista na China, assim como todo o feminismo asiático, possui características específicas do país. A existência e atuação do movimento são altamente

influenciados pela volatilidade política do país, isto é, o ativismo é direcionado pelos diferentes momentos e períodos dentro do âmbito social e político chinês. A história moderna da China é marcada por mudanças políticas e estruturais, guerras e revoluções: o país passou por governos imperiais, democráticos e comunistas dentro de uma mesma década, o que permite analisar o movimento feminista sob diferentes contextos políticos.

Louise Edwards aborda as principais características do movimento feminista chinês em seu texto "Chinese feminism in a transnational frame: between internationalism and xenophobia" que também compõe o livro "Women's movements in Asia: Feminisms and transnational activism" de 2010. A autora toca nas diversas mudanças políticas e suas influências sobre o movimento feminista a medida que analisa o final do século XIX e o início do século XX, quando a China perde a primeira Guerra Sino-Japonesa para um Japão modernizado em processo de se tornar um império.

A derrota para um Japão encaminhado para a modernização e a ocidentalização, demonstrou para a China que o país deveria seguir o mesmo caminho para superar a guerra. É nesse contexto que Edwards entende a necessidade do surgimento das primeiras motivações a respeito de ativismo de gênero e luta pelos direitos das mulheres: "Feminism and improving the status of women emerged as part of the broader programme of modernizing the nation. It entered China alongside the other political and social reform agendas swirling around the world (...)" (EDWARDS, 2010, p. 54)

O capítulo de Delia Davin, "The Women's Movement in the People's Republic of China: A Survey" do livro "Women Cross-Culturally: Change and Challenge" de 2011, também demonstra as especificidades do movimento feminista chinês. O movimento é caracterizado pela autora enquanto desenvolvido dentro de um sistema familiar patriarcal e tradicional característico da cultura chinesa — no qual a restrição e a opressão se propaga por mulheres de todas as classes. Como colocado por Davin: "The official institutions of traditional China were male dominated to a degree unsurpassed in the world. " (DAVIN, 2011, p. 468).

Além disso, Davin (2011) também pontua uma das principais características do movimento feminista na China, isto é, a existência de um contraste entre os objetivos do movimento feminista e os da revolução. O período revolucionário Chinês — em suas duas fases, tanto em 1911 quanto em 1949 — influenciou o desenvolvimento do movimento, pois a disrupção social tomava tempo e energia do ativismo de gênero. A autora coloca que isso acontece a medida que os interesses da revolução não convergem com os interesses do ativismo de gênero, já que o processo de angariar recursos a reforma social não é prioridade em um país em desenvolvimento no qual o crescimento econômico é o objetivo principal. A respeito disso,

Davin caracteriza o período da revolução como um momento sacrificado para o movimento feminista:

"Some women party leaders repressed feminist impulses and accepted the sacrifices of years of stagnation and retreat, when women's traditional roles were glorified, because they believed that these sacrifices furthered the interests of the revolution as a whole." (DAVIN, 2011, p.468)

Edwards (2010), por sua vez, também aborda a influência do período revolucionário em seu texto. A autora argumenta que os marxistas chineses, influenciados pela socialista alemã Clara Zetkin, priorizaram a emancipação do trabalho em detrimento do movimento pelos direitos das mulheres. Assim, com sua instituição, o Partido Comunista Chinês passa a consolidar todos os movimentos de mulheres sob a Federação de Mulheres da China (ACWF) — o que leva a um certo isolamento da China da comunidade global e da participação em movimentos feministas globais (EDWARDS, 2010). Assim sendo, percebe-se que durante mais de um século, o ativismo das mulheres chinesas fez parte das mudanças sociais e políticas na China, sendo também influenciado por elas.

### III. III. A COREIA DO SUL E O ATIVISMO DE GÊNERO

Na Coreia do Sul, movimentos sociais com enfoque nos direitos das mulheres também surgiram durante o primeiro esforço de modernização da Coreia no final do século XIX. Assim como no movimento chinês, o ativismo de gênero sul-coreano sofreu a influência e consequências dos períodos de domínio colonial japonês, guerra civil, ditadura militar e redemocratização — se desenvolvendo em conjunto com os movimentos políticos que se concentram em questões mais amplas que afetam toda a sociedade.

O capítulo de Seung-Kyung Kim e Kyunghie Kim — "Mapping a hundred years of activism: Women's movements in Korea" — tem como objetivo montar um panorama histórico e político do movimento feminista coreano durante o século XX, pontuando os contextos políticos, sociais e econômicos que influenciaram no seu desenvolvimento. As autoras pontuam que o movimento envolve diversos grupos da sociedade e questões de gênero, classe e nação:

"Over the past hundred years, women's movements have ebbed and flowed during periods of Japanese colonial rule, civil war, military dictatorship, and democratization, and developed in conjunction with political movements that focused on broader issues affecting the whole society. (...) Thus, the history of women's movements has been 'fraught with tension, antagonism, competition, and cooperation' among different groups revolving around the issues of gender, class and nation (Cho 1996: 5; see also Lee 1996; Sim 1985; Yi 1994)." (KIM; KIM, 2010, p. 189)

Um dos principais pontos trazidos pelas autoras em seu texto no esforço de caracterizar o feminismo coreano é o da influência dos movimentos nacionalistas para o movimento

feminista. Seung-Kyung e Kyunghye (2010) argumentam que na Coreia do Sul, como em muitos países do Terceiro Mundo, os movimentos de mulheres têm estado intrinsecamente ligados aos movimentos nacionalistas: "Korean feminists have, from their beginnings in the 1890s (...) participated in struggles to redefine Korea's national identity within changing geopolitical circumstances (KIM; KIM, 2010, p. 202).

Assim, percebe-se a influência e participação do movimento feminista em outros movimentos nacionais — o que também é refletido durante e após o período de colonização e ocupação japonesa no território coreano. Após a libertação da Coreia em 1945, o movimento feminista coreano passou por diferentes fases, moldadas pelas mudanças políticas e sociais do país. A ditadura militar (1961-1986) viu a ascensão tanto de feministas liberais, que buscavam reformas dentro do sistema existente, quanto de feministas socialistas, que conectavam a luta pelos direitos das mulheres à democracia. O período, portanto, é palco para o surgimento do ideal de uma "nova mulher" — *sin'yŏsŏng* — que desafiava os papéis tradicionais de gênero imbuídos na sociedade coreana, defendendo um processo de emancipação feminina.

Ademais, Seung-Kyung e Kyunghye (2010) pontuam que, dentro de uma busca por liberdades individuais em detrimento do movimento nacionalista, esse ideal é a tentativa de mulheres de classe alta substituírem o ideal confucionista de feminilidade por um ideal moderno e alternativo. Essa ideologia confucionista compõe a cultura e sociedade coreana, que também era baseada num ideal de família tradicional: "The age-old family-head system, which was a key tenet of Confucian gender ideology, was finally abolished in 2005, the latest step in a process of reform, driven by women's movements and put in place by reform-driven governments." (KIM; KIM, 2010, p. 202). Ou seja, nota-se que num cenário pós-libertação coreana, as organizações de mulheres em ativismo de gênero estavam entre os muitos movimentos sociais e políticos que surgiram no período para definir o futuro da Coreia do Sul.

### **III. IV. PONTO DE CONVERGÊNCIA: A INFLUÊNCIA COLONIAL JAPONESA**

Analisando as características específicas dos movimentos feministas sul-coreano e chinês apresentadas nos parágrafos acima, é possível notar algumas similaridades. Mesmo com processos históricos, políticos, econômicos e sociais diferentes acontecendo durante o século XX, o ativismo de gênero em ambos os países é originado a partir de um esforço em prol da modernização pós-Japão Imperial e de se diferenciar do feminismo ocidental.

Percebe-se, portanto, que o Japão é outro ponto comum na história do desenvolvimento do feminismo tanto na China quanto na Coreia do Sul — pois mesmo baseado em relações

bilaterais diferentes, os dois países foram submetidos à ocupação por parte do Império Japonês na primeira metade do século XX. Porém, mesmo com o processo de colonização japonesa perdurando dentro da memória colonial dos dois países, o sistema de conforto não é abordado pelo feminismo sul-coreano ou chinês até quase 50 anos depois do fim do Império Japonês — quando finalmente é refletido em movimentos feministas em ambos os países.

Isso acontece a medida que os anos 90 se consolidam como um ponto de importância tanto no ativismo de gênero da Coreia do Sul e da China, já que a década se torna palco para a insurgência de novas movimentações que tem como pauta a busca por justiça em relação às mulheres conforto e ao sistema de conforto em si, baseando-se nos testemunhos das mulheres conforto sobreviventes:

"Relying on survivors' testimonies, they built up a case against the Japanese government and presented it to international human rights NGOs and to the UN Human Rights Committee. As a result, a transnational alliance on comfort women issues was formed in 1992. The group has been staging weekly demonstrations at the Japanese Embassy in Seoul since 1992 in an effort to have the Japanese government accept full responsibility for its actions during the war and to compensate survivors." (KIM;KIM, 2010, p. 199)

O capítulo posterior pretende, portanto, retomar os dois capítulos anteriores — que tratam a respeito do sistema de conforto, as memórias coloniais e os movimentos feministas — então e relacioná-los. Tendo como base o texto de Alice Yun-Chai, apresenta-se o Chōngshindae/Jūgunianfu ("Comfort Women") Movement na Coreia do Sul e com o texto de Chen, Qiu e Xu analisa-se o Redress Movement na China, que representam o ativismo de gênero nesses países — estruturado a partir da luta contra o abuso sexual e a falta de justiça para as mulheres conforto. Assim, pretende-se explicar o surgimento dessa onda de movimentos nos anos 90 — para então analisar quais são esses movimentos e suas características, pontuando a maneira pela qual eles vieram à tona inspirados pela memória colonial dentro de países culturalmente tradicionais.

#### IV. O SISTEMA DE CONFORTO COMO PAUTA: MOVIMENTOS FEMINISTAS DOS ANOS 90

Como exposto nos capítulos anteriores, compreende-se que a estruturação do sistema de conforto pelo império japonês foi um processo violento e organizado que possuía objetivos muito claros através do abuso sexual de mulheres não-japonesas. Porém, é somente a partir da década de 90 — quase 50 anos após o fim do Japão Imperial — que a violência sexual durante o período de colonização japonesa começa a ser problematizada sistematicamente e se torna uma das principais pautas do movimento feminista dentro de países como a Coreia do Sul e a China:

"The sexual slavery practiced by the Japanese military was largely unrecognized during the first decades after the Second World War. While descriptions of comfort women occasionally appeared in memoirs and literary texts in Japan, most of the victims and former Japanese military men remained silent about the issue. (...) Yet the issue failed to attract wide public attention until, in the 1980s, a coalition of Korean and Japanese women's groups elevated it to the status of a political movement within the global context of feminist and grassroots politics." (CHEN, QIU, XU, 2014, p.160)

Lauren Richardson, em sua obra "The ascension of 'comfort women' in South Korean colonial memory" de 2020, aborda o porquê do sistema de conforto e todas as violências imbuídas nesse processo levarem quase 50 anos para aparecer dentro de pautas feministas asiáticas. A autora postula que já que a questão das mulheres de conforto coreanas ocorreu no contexto da expansão imperial do Japão nas décadas de 1930 e 1940, é surpreendente que a sua ascensão na memória colonial tenha sido um fenômeno relativamente recente, a medida que só foi incorporado aos movimentos feministas na década de 90: "Up until then, this episode of history was shrouded in silence and the victimhood of the women remained largely unrecognized by the public and officials alike." (RICHARDSON, 2020, p. 26).

O estigma presente nesse processo — aliado ao movimento de negação por parte do Japão — faz com que as mulheres asiáticas afetadas e a consciência da sociedade como um todo passem a suprimir o sistema de conforto na memória nacional por muitas décadas, compondo o trauma gerado pela colonização. Percebe-se que, depois de quase 50 anos do fim do Japão imperial, o tema de justiça ao redor do sistema de conforto se torna relevante pela primeira vez dentro do movimento feminista asiático devido à permanência da questão dentro da memória e dos traumas coloniais coletivos das mulheres e da sociedade.

O guia "AtoZ guide for just resolution of the japanese and military sexual slavery issue" (2020) montado pela ONG coreana Women and War, coloca que o sistema de conforto já era tratado — de forma restrita — por estudiosos e ativistas ainda na década de 80 — período que Yun Chung-ok, professora coreana da Universidade Feminina de Ewha, começou a investigar

a questão da escravidão sexual militar japonesa. A Igreja Coreana Women United também foi uma das organizações fundamentais de mulheres para dar início ao movimento — já que organizou o Seminário Internacional sobre “Mulheres e Cultura Turística”, onde a professora Yun apresentou a sua investigação.

Esse tema recorrente no movimento feminista do final do século XX — por sua vez — tem influência direta no surgimento e fortalecimento de movimentos, organizações e representantes feministas em países asiáticos como a Coreia do Sul e a China — países esses que, como tratado anteriormente, contam com a influência cultural histórica de uma sociedade patriarcal e tradicional, principalmente na Coreia do Sul e China (DAVIN, 2011). Assim, a década de 90 se torna palco para uma necessidade de luta contra o abuso sexual e a opressão sistemática das mulheres dentro da China e da Coreia do Sul — movimento esse que serve de pauta para o desenvolvimento de movimentos feministas.

O movimento feminista na Coreia do Sul que surge a respeito das mulheres conforto é chamado de The Chǒngshindae or Jūgunianfu Movement — Jūgunianfu significa mulheres de conforto militares em japonês e Chǒngshindae significa Corpo de Trabalho Feminino em coreano. Alice Yun-Chai retoma essa nomenclatura ao escrever a obra de título "Asian-Pacific Feminist Coalition Politics: The Chǒngshindae/Jūgunianfu ("Comfort Women") Movement" ainda em 1993. O movimento de defesa das mulheres de conforto, liderado por intelectuais coreanas, surge no contexto em que a Coreia do Sul inicia a sua transição democrática no final da década de 1980. Nesse período, surgem oportunidades para os ativistas moldarem não só a agenda governamental, mas também as narrativas da história nacional.

Yun-Chai aborda alguns dos objetivos do movimento em seu texto, apontando principalmente a busca por justiça, coleta de provas e projetos beneficentes que envolvem o sistema de conforto e, principalmente, dar voz às mulheres conforto ainda vivas na década de 1990. As protagonistas do movimento são representadas pela coligação de grupos de mulheres coreanas, de grupos de mulheres japonesas e da rede de mulheres coreanas residentes no Japão. As participantes organizam viagens de investigação ao Japão e a outros países afetados pelo sistema de conforto e também planejam fóruns públicos e programas de televisão, tanto na Coreia como no Japão voltados a expor e explicar o que foi o sistema de conforto. A principal prova — utilizada como base dos movimentos — incluía os testemunhos pessoais de antigas mulheres de conforto coreanas que ainda estavam vivas na década de 90 (YUN-CHAI, 1993, p. 78). O grupo recolheu seus discursos e histórias orais, recuperaram registros públicos e dados de investigação do governo japonês para expor a verdade nacional e internacionalmente.

É nesse contexto, em novembro de 1990, que surge o Conselho Coreano para a Justiça e Memória das Questões da Escravatura Sexual Militar pelo Japão (The Korean Council for Justice and Remembrance for the Issues of Military Sexual Slavery by Japan/the Korean Council) — uma organização não governamental que surge sob a liderança da professora de estudos femininos Yun Chung-Ok. O Conselho, também chamado pela ONG que o engloba: Women and War, é uma coligação de 36 organizações de mulheres que pretende assumir a liderança no processo de recordação e de busca por justiça sobre a questão da escravatura sexual dos militares japoneses, a violação dos direitos das mulheres e a exploração sexual coletando documentos e provas.

O discurso de Kim Hak-soon em agosto de 1991, por sua vez, foi um ponto de partida importante para o desenvolvimento desses movimentos na Coreia do Sul e na China — à medida que inspirou outras vítimas do sistema de conforto a identificarem-se e contarem suas experiências. Desde então, os sobreviventes têm lutado por justiça e reparação ao longo das décadas de 90 e 2000 com objetivos que vão além de apenas uma restituição monetária por parte do governo japonês: "Monetary restitution for the "comfort women" would be welcome, but not before the Japanese government officially acknowledges its crimes against humanity and issues a formal apology." (YUN-CHAI, 1993, p. 84).

Assim, um dos principais arquivos reunidos pelas coligações e pelo Conselho são justamente os discursos das mulheres conforto — estes que, como tratado anteriormente, dão início a discussão mais aberta e assídua a respeito da violência do sistema de conforto. Em dezembro de 1991, numa série de fóruns públicos patrocinados pelo Grupo da Rede de Mulheres Japonesas, Kim Hak-Soon — a primeira mulher conforto a compartilhar o seu discurso — levou a sua história também para audiências e eventos em várias cidades japonesas a fim de expor a crueldade do sistema de conforto e trazer atenção nacional e internacional para o tópico:

"My whole body and soul still shiver just thinking and talking about my experience as a Chōngshindae woman, even when I saw the Japanese flag, the hino- maru, as I was boarding the Japan Airlines flight to come here. As a living witness, my blood boiled when I heard the Japanese govern- ment denying its role in the Chōngshindae system on the television newscast and their refusal to teach history correctly to younger generations. As a former Chōngshindae, when I refused to have sex with soldiers, they said that they would kill me because I was under orders from the Emperor, the commanding officer, and the soldier himself, a soldier of the Japanese Imperial Army." (In order to resolve han: After the meeting to hear former Jūgunianfu Kim Haksoon's story, 1992, p. 5-10.)

Os discursos emergentes nos anos 90 foram imprescindíveis já que carregavam as experiências em primeira mão, desencadeando o desenvolvimento de uma série de movimentos

sociais e feministas atrelados a pauta de abuso sexual e busca por justiça. Com essas falas — feitas ainda na década de 90 — as mulheres conforto pretendem chamar atenção e trazer à tona o tópico do sistema de conforto novamente, tornando-o uma pauta dentro dos movimentos feministas a fim de impulsionar a busca por justiça após os esforços do Japão para apagar os seus crimes de guerra.

Yun-Chai também traz em sua obra a importância dos discursos para o movimento e seu processo de internacionalização. A autora comenta que em 1992, a indignação pública gerada pela disseminação dos testemunhos e discursos de mulheres conforto alguns dias antes da visita do Primeiro-Ministro japonês Miyazawa a Seul, levaram o premiê a apresentar um pedido de desculpas endereçado as mulheres conforto durante a sua visita. Miyazawa também foi pressionado a prometer que o Governo japonês realizaria uma investigação e publicaria um relatório próprio sobre a questão do movimento Chöngshindae/Jügunianfu coreano (YUN-CHAI, 1993, p. 80).

Assim, é possível perceber os impactos internacionais do movimento feminista coreano da década de 1990, refletidos principalmente em conferências e fóruns internacionais — com o objetivo de defender a restauração da dignidade e dos direitos humanos das mulheres conforto e educar a comunidade internacional sobre a história da escravatura sexual dos militares japoneses. A respeito disso, Yun-Chai traz que de 1 a 6 de setembro de 1992, mulheres de ascendência coreana e japonesa originárias da Coreia do Sul, do Japão e dos Estados Unidos participaram de uma conferência intitulada “O papel das mulheres na paz na Ásia”. Na conferência, oito antigas mulheres de conforto coreanas deram os seus testemunhos pessoais, tornando-se um espaço dentro da comunidade internacional para debater e revisitar o sistema de conforto a partir do discurso de mulheres japonesas e coreanas de organizações não-governamentais. (YUN-CHAI, 1993, p. 83).

Já na China, o movimento feminista surge atrelado a um movimento geral de busca por justiça sobre a colonização japonesa e suas consequências dentro da sociedade e território chinês. A denominação do movimento aparece no tópico de mesmo título — "Redress Movement" — escrito por Peipei Qiu, Zhiliang Xu e Li Fei Chen no livro "Chinese Comfort Women: Testimonies from Imperial Japan 's Sex Slaves" — no qual as autoras debruçam o processo de surgimento e desenvolvimento do movimento feminista de advocacy em relação ao sistema de conforto e seus impactos dentro da China. Assim, percebe-se que o movimento feminista é caracterizado pela literatura como um Redress Movement — que significa um movimento cujo objetivo é remediar ou corrigir uma situação indesejável, ou injusta.

A influência do sistema de conforto no movimento feminista na China também tem seu início na década de 1990 — seguindo a negação do governo japonês da existência do sistema de conforto e também das responsabilidades do governo japonês para com as vítimas do sistema. Esse processo, por sua vez, leva acadêmicos e ativistas jurídicos chineses a examinarem as práticas jurídicas internacionais do pós-guerra e os tratados firmados entre a China e o Japão, relativos à compensação de guerra. As autoras pontuam a atuação de Tong Zeng, um dos principais ativistas do movimento de Redress chinês, que começa a ressaltar a importância de trazer o sistema de conforto à tona novamente para que houvesse compensação e busca por justiça:

“On 25 March 1991, Tong Zeng, a leading redress movement activist trained in international law at Peking University, submitted a memorandum – “Demanding War Com- pensations from Japan Is of Great Urgency to China” (Zhongguo yaoqiu Riben shouhai peichang keburonghuan) – to the Administrative Office of the National People’s Congress. In this document he traces how, in international legal practice, the concept of war compensation was changing, and he calls for legislators to distinguish the war indemnity paid by the defeated state to the victorious state from compensation paid to individual victims. He points out that, although, in the Sino-Japanese Joint Communiqué of 1972, which was concerned with restoring a normal diplomatic relationship between the two nations, the Chinese government relinquished its claim for war indemnity from Japan, China never waived the individual victim’s right to claim such compensation. If Japan denies the historical truth of its wartime atrocities and permits the revival of militarism, then this would be a violation of the principles established by the Joint Communiqué and the 1978 Sino-Japanese Peace and Friendship Treaty. And, in that case, China would have the right to reclaim war compensation from the Japanese state.” (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 165)

Assim como no movimento feminista coreano e no desenho da advocacy de feminismo a respeito do sistema de conforto na Ásia como um todo — um dos principais pontos de partida para o desenvolvimento desse ativismo vem do compartilhamento dos discursos de antigas mulheres conforto. Peipei Qiu, Zhiliang Xu e Li Fei Chen trazem o caso de Hou Dong’e, uma das muitas mulheres chinesas da região que foram forçadas a se tornarem mulheres conforto do Exército Imperial japonês durante o período colonial.

As autoras colocam que com o discurso e relatos de Hou e outros voluntários locais chineses que presenciaram o estabelecimento do sistema de conforto trabalharam para confirmar as identidades das mulheres de conforto sobreviventes locais e apoiá-las. Dessa forma, o impacto do discurso de 1990 leva Hou Dong’e e três outras sobreviventes a enviarem um documento escrito à Embaixada do Japão em Pequim relatando a sua experiência e demandando justiça em 7 de julho de 1992, no quinquagésimo quinto aniversário do Incidente de Lugouqiao, que marcou o início da invasão total da China pelo Japão. (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 168)

Assim, ressalta-se a importância dos discursos a medida que são esses relatos pessoais de antigas mulheres conforto que geram discussões a respeito das memórias coloniais e resultam em diversas publicações a respeito do tópico, trazendo também a atenção pública para o movimento de redress: "The open letters (...) in the late 1980s and early 1990s sparked a vigorous response from Chinese citizens. Thousands of war victims wrote to Tong Zeng when the media reported his article, and many of them went to talk to him in person." (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 167).

O impacto internacional do movimento também pode ser percebido através das publicações — já que após a publicação do memorando de Tong mencionado anteriormente, os membros da Assembleia Popular Nacional (APN) chinesa redigem dez propostas para abordar a questão do movimento redress durante a sessão do congresso em 1991. Ao mesmo tempo, Shen Panwen, professor de química na Universidade de Nankai, apresentou uma proposta na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) para permitir que vítimas individuais da guerra e ONG apresentassem pedidos de indenização ao Governo do Japão. Não houve nenhum relatório sobre se estas propostas resultaram ou não em qualquer resolução, mas a inclusão da questão nas agendas da APN e da CCPPC indicou o impacto da questão no centro político da China na altura. (CHEN, QIU, XU, 2014, p. 167).

Desse modo, percebe-se que enquanto o ativismo na Coreia do Sul se consolida como um movimento feminista organizado em busca de justiça e reconhecimento da memória colonial, a China dá origem a um movimento feminista movimento na forma de um "Redress Movement" (CHEN, QIU, XU, 2014) atrelado a luta contra uma série de conflitos históricas com o Japão. Porém, os dois movimentos compartilham alguns pontos em comum quando se trata das memórias traumáticas e pós-coloniais deixadas pelo sistema de conforto. Ambos os países, assim, estabelecem em seus movimentos a luta contra a falta de reconhecimento da existência do sistema de conforto e todas as suas consequências e contra a falta de justiça por parte do Japão – com o objetivo de trazer atenção nacional e internacional à essas questões.

Entende-se, portanto, que a década de 1990 demonstrou o início e a consolidação do sistema de conforto como pauta dentro do ativismo de gênero da Coreia do Sul e da China – processos impulsionados principalmente pelas memórias coloniais expostas em testemunhos pessoais de vítimas desse sistema como Kim Hak-Soon e Hou Dong'e. Esses discursos, ao escancarar os traumas pós-coloniais deixadas pela estruturação do sistema de conforto nesses países, possibilitam o desenvolvimento de movimentos de advocacy voltados ao abuso sexual sistemático – que pretendem conectar as reivindicações locais a uma agenda global de justiça de gênero.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto nos capítulos anteriores, é possível perceber a interseção entre as memórias coloniais traumáticas deixadas pelo sistema de conforto e o desenvolvimento dos movimentos feministas na Coreia do Sul e na China. Isso acontece a medida que os traumas coloniais geradas pelo processo de expansão e colonização japonesa e, mais especificamente, pelo processo violento de abuso sexual sistemático estruturado através do sistema de conforto, perpetuam-se na memória da sociedade para além do período colonial propriamente dito. Esses traumas estão presentes em níveis social, cultural e político — a medida que o reconhecimento dessas memórias pós-coloniais se torna pauta dos movimentos feministas contemporâneos da Coreia do Sul e da China.

Denota-se também como os países da região asiática desenvolveram seus feminismos de maneiras próprias baseado nas especificidades históricas, culturais, políticas e sociais de cada país — num processo consciente de se diferenciar do feminismo ocidental. Nesse contexto, a interação e influência do Japão surge como um ponto comum na experiência colonial da China e da Coreia do Sul, cuja ocupação sobre esses países influenciou diretamente o surgimento de movimentos feministas que lutam pela justiça e reconhecimento das vítimas do sistema de conforto. Esses movimentos são diferentes em suas abordagens e contextos locais, porém compartilham o foco na denúncia da violência sexual colonial e a busca por justiça, especialmente em relação à resistência do Japão em reconhecer plenamente seu papel no sistema de conforto.

Outro ponto principal que dá início a esses movimentos é o compartilhamento de testemunhos e discursos de sobreviventes — como Kim Hak-Soon, coreana, e Hou Dong'e, chinesa — que trazem a questão do sistema de conforto à tona nos anos 1990, permitindo que as memórias traumáticas pós-coloniais fossem incorporadas aos discursos feministas na Coreia do Sul e na China. Essa divulgação resulta na criação de movimentos de advocacy asiáticos que buscam tanto justiça para as vítimas quanto o reconhecimento internacional dos abusos sexuais sistemáticos advindos do sistema de conforto.

Na Coreia do Sul, o movimento conhecido como Chǒngshindae/Jūgunianfu (Mulheres Conforto) foi impulsionado pelos testemunhos das sobreviventes, como Kim Hak-Soon, que, ao compartilhar sua história, traz à tona a necessidade de justiça e reconhecimento de todas as violências cometidas pelo sistema de conforto. O movimento coreano que surge na década de 90, além de focar na reparação e no reconhecimento público dos crimes, busca também desafiar

a resistência do Japão em assumir responsabilidade total por seu papel no sistema de conforto. Por meio de alianças transnacionais, as mulheres coreanas pretendem posicionar o abuso sexual sistemático como uma questão central para o feminismo e a justiça internacional.

Na China, o impacto do sistema de conforto impulsionou um movimento conhecido como Redress Movement, que, embora incluía demandas de justiça para as mulheres de conforto, também engloba outras questões de compensação por danos causados pelo imperialismo japonês. O discurso de Hou Dong'e impulsiona o surgimento do sistema de conforto como pauta dentro do feminismo chinês e ativistas como Tong Zeng fazem uso do contexto jurídico e político internacional para reivindicar que o Japão compense as vítimas e reconheça seus crimes. Assim, pode-se perceber como as memórias coloniais deixadas pelo sistema de conforto geram uma nova pauta no movimento feminista chinês dos anos 90, agora comprometido com o reconhecimento das violências advindas do sistema de conforto no início do século XX.

Ambos os movimentos feministas, tanto sul-coreano como chinês, se fortaleceram ao adotarem uma perspectiva nova a partir do sistema de conforto em pauta e ao enfatizar a importância dos traumas pós-coloniais compartilhados. A luta pela justiça das mulheres de conforto representa não apenas um marco na memória histórica desses países, mas também um ponto de partida para o desenvolvimento de um feminismo asiático que vê o contexto da colonização e inclui as memórias traumáticas e pós-coloniais que surgiram desse processo.

Em suma, é possível perceber que as memórias pós-coloniais deixadas pela violência sexual sistemática instituída pelo império japonês geraram consequências profundas nas sociedades afetadas que refletem nos movimentos de quase 50 anos depois do fim do império. Assim, pode-se colocar que o impacto desse sistema de abuso colonial não apenas moldou o passado dessas sociedades e desenvolveu uma memória pós-traumática, mas também influencia diretamente na configuração dos movimentos feministas contemporâneos nos países afetados, a medida que a memória colonial e a luta por justiça se tornam questões centrais no ativismo de gênero, especialmente na Coreia do Sul e na China.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÑO, María Villegas. **La violencia sexual como arma de guerra**. Quaderns, 2010.

BAAZ, Maria; STERN, Maria. **Sexual Violence as a Weapon of War?** Intersentia, 2013.

CHEN, Li Fei, QIU, Peipei; XU, Zhiliang. **Postwar Struggles**. In: CHEN, Li Fei, QIU, Peipei; XU, Zhiliang. *Chinese Comfort Women: Testimonies from Imperial Japan's Sex Slaves*, 2014. Oxford University Press.

Conselho Coreano De Justiça Para Memória Para A Questão Da Escravidão Sexual Pelo Exército Militar japonês (ONG Women and War). **A vida das vítimas e sobreviventes**. 2020. Disponível em: <https://womenandwar.net/testimony>. Acesso em: 12 Abril, 2024.

DAVIN, Delia. **The Women's Movement in the People's Republic of China: A Survey**. In: DAVIN, Delia. *Women Cross-Culturally: Change and Challenge*, 2011.

EDWARDS, Lousie. Chinese feminism in a transnational frame: Between internationalism and xenophobia. In: ROCES, Mina; EDWARDS, Louise. **Women's movements in Asia: Feminisms and transnational activism**, 2010. Routledge.

**In order to resolve han: After the meeting to hear former Jügunianfu Kim Haksoon's story**. Tokyo: Jügu- nianfu Mondai Uri-Yösöng Network, 1992, p. 5-10.

Japanese History Study Group - Sophia University. **Comfort women during World War II**. Disponível em: <https://dh.japanese-history.org/2020-spring-women-in-japanese-history/comfort-women-during-world-war-ii/>.

KIM, Seung-kyung; KIM, Kyounghee. Mapping a hundred years of activism: Women's movements in Korea. In: ROCES, Mina; EDWARDS, Louise. **Women's movements in Asia: Feminisms and transnational activism**, 2010. Routledge.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do ppgav/eba/UFRJ**, n. 32, 2016.

RICHARDSON, Lauren. **The ascension of 'comfort women' in South Korean colonial memory**. In: *Routledge Handbook of Memory and Reconciliation in East Asia*. Taylor & Francis, 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003087830-2/ascension-comfort-women-south-korean-colonial-memory-lauren-richardson>.

ROCES, Mina. Asian Feminisms: Women's movements from the Asian Perspective. In: ROCES, Mina; EDWARDS, Louise. **Women's movements in Asia: Feminisms and transnational activism**, 2010. Routledge.

SANG-HUN, Choe. **Overlooked No More: Kim Hak-soon, Who Broke the Silence for 'Comfort Women'**, New York Times. 21 out. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/10/21/obituaries/kim-hak-soon-overlooked.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SOH, C. Sarah. **The Comfort Women: Sexual Violence and Postcolonial Memory in Korea and Japan**. Chicago: The University of Chicago, 2008.

UN AGAINST SEXUAL VIOLENCE IN CONFLICT. **Stop Rape Now**. 2007. Disponível em: [https://www.un.org/womenwatch/feature/wps/StopRapeNow\\_Brochure.pdf](https://www.un.org/womenwatch/feature/wps/StopRapeNow_Brochure.pdf). Acesso em: 20 de Abril de 2023.

WARD, Abigail (ed.). **Postcolonial Traumas: Memory, Narrative, Resistance**. Palgrave Macmillan, 2015.

YUN CHAI, Alice. Asian-Pacific Feminist Coalition Politics: **The Chōngshindae/Jūgunianfu ("Comfort Women") Movement**. Korean Studies, Volume 17, 1993, pp. 67-91